



Grupo coordenado por Lula quer que mensalão seja julgado só em 2013

Com medo da influência do ano eleitoral nas decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares e petistas estão mostrando para os julgadores do mensalão que o julgamento não deve ser político, mas uma análise técnica das provas que fazem parte do processo, informa reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*.

Dos 11 integrantes do Supremo, oito foram nomeados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele afirmou a ao menos dois ex-ministros de seu governo que não gostaria que o julgamento ocorresse neste ano por temer prejuízos aos candidatos que apoiará nas eleições municipais.

Segundo a reportagem, o mesmo grupo, supervisionado por Lula, tenta convencer o Supremo de que o julgamento não deve acontecer neste ano. Segundo um dos membros, não há provas suficientes para condenar o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino.

Segundo a denúncia do caso, a Procuradoria-Geral da República vê Dirceu como chefe do esquema que teria desviado recursos públicos para os partidos que apoiavam o governo Lula no Congresso.

Ainda de acordo com a notícia, o ministro José Dias Toffoli, que foi assessor do PT e advogado-geral da União no governo Lula, também vem sofrendo assédio. O grupo se preocupa com a possibilidade de ele se considerar sob suspeição durante o julgamento do mensalão. A namorada o julgador foi advogada do ex-deputado Professor Luizinho (SP), que também é réu no mensalão e hoje está afastado da política. Toffoli disse que não se considera impedido, mas que só tomará uma decisão quando o julgamento estiver marcado.

A pressão também estaria vindo por parte do advogado Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça de Lula, e hoje contratado para defender um ex-diretor do Banco Rural que também é réu no caso. Ele enviou ao Supremo uma questão de ordem para tentar mais uma vez desmembrar o processo. Caso acatado, apenas três réus seriam julgados no Supremo — Dirceu e Genoino seriam julgados na primeira instância.

A ideia foi inicialmente rejeitada em 2006, quando a denúncia ainda não havia sido aceita pelo tribunal e a discussão foi proposta pelos advogados do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Agora, Thomaz Bastos diz ter novos argumentos para defender a tese. Segundo ele, parte dos ministros está convencida de que será preciso enfrentar a questão antes de retomar o assunto à pauta.

Date Created

16/04/2012